

À memória da nossa irmã Luíza Bairros, que seu brilho nos inspire!!!

1- No atual estágio civilizatório de nossa nação, qual a importância de se ter um dia dedicado à consciência negra?

V.R - Para nós da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública da Bahia, uma instâncias eleita pela sociedade civil, numa sociedade de maioria negra, em que esta população continua exposta às regras coloniais dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, onde há uma elite política, econômica, colonial e escravocrata, com a cabeça no passado pela manutenção de privilégios e contrária a uma sociedade cidadã, cujo os recursos sejam para todos e todas, o que inclui a maioria negra, indígena, e ainda muito pobre, por isso, em nosso entendimento celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra é um ato político importante, pela afirmação da cidadania negra, pela afirmação dos Direitos Humanos da população negra, cerca de 100 milhões de brasileiros e brasileiras, que seguem sendo desumanizados/as todos os dias nas produções de conteúdo dos meios de comunicação, uma população que segue sendo criminalizada pelas mídias e violadas pelo Estado.

O Brasil, como bem nos disse a filósofa, antropóloga e ativista do Movimento de Mulheres Negras, Lélia Gonzalez, ainda é um país absurdamente racista, cujas bases que lhe estruturam são as regras da casa grande, por isso ainda será necessário, por um longo período evidenciar as lutas de resistência negra, indígena e popular, assim como mostrar os espelhos positivos desta comunidade, para que as meninas e meninos possam se mirar e ter esperança, olhando para aqueles e aquelas que lutaram pela nossa dignidade, pela nossa liberdade, como Zumbi dos Palmares, Dandara de Palmares, Aqualtune e outras, que de lá da Serra da Barriga, no estado de Alagoas, construíram a nossa primeira grande plataforma de resistência e luta contra o julgo colonial, pois não podemos deixar que as novas gerações, aprendam de forma equivocada que alguma princesa nos deu a liberdade, ao contrário, nossa liberdade foi e continua sendo fruto de muita luta, muitas vidas ceifadas, onde mulheres e homens negros tiveram muitas vezes que recorrer a meios extremos de enfrentamento aos senhores coloniais. Por isso celebramos o 20 de Novembro, lembrando o poema do grande escritor baiano, José Carlos Limeira, “Por mais que te negue a História, eu não te esqueço meu povo, se Palmares não existe mais, faremos Palmares de novo”.

Foi dessa forma, recitando este poema de Limeira, que a juventude negra brasileira, adentrou o shopping de Higienópolis, quando os moradores deste bairro em São Paulo, recusaram a instalação de uma estação de metrô, para não ter “gente diferenciada” no bairro rico, branco e racialmente apartado da maior cidade da América Latina, nos mostrando como ainda precisamos celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil, com a mesma força política que tomamos Brasília em 2015 com a Macha de Mulheres Negras (foto 01) e o lançamento da Campanha Parem de Nos Matar, da Rede de Mulheres Negras da Bahia (foto 02):



2- Ser negra e ser mulher na cidade mais negra do país... as oportunidades para esse segmento populacional têm melhorado nos últimos anos?

Salvador a capital do estado da Bahia é um lugar de grandes desafios para nós, mulheres negras, pois estamos numa cidade com dimensões de uma metrópole, mas sem serviços públicos de uma metrópole, como redes de creches, escolas em tempo integral, lavanderias, redes públicas de profissionalização, programas de voluntariado, fortalecimento das redes de negócios comunitários que, tenham as mulheres negras como empreendedoras e afins. Ao contrário, as iniciativas de autonomia econômica das mulheres negras, como baianas de acarajé, ambulantes nas praias, comerciantes de bebidas e comidas típicas outras, são todas atacadas pelo poder público local, que de forma covarde, ao elaborar o PDDU – Plano Direito de Desenvolvimento Urbano, de Salvador, destinou para as chamadas zonas comerciais da cidade, os grandes empreendimentos, reforçando os ricos, em detrimento da cidade real, a cidade das mulheres, com arranjos econômicos bem mais modestos, sem apoios das agências de fomento, pautando, portanto, um desenvolvimento que pretende deixar para trás exatamente aquelas que mais precisam ser fortalecidas e destacadas, as mulheres negras.

Segundo dados da PNAD 2012, aqui em Salvador, 44% dos lares são chefiados por mulheres, entre estas 81% são negras, além disso, segundo dados do MDS/2015, cerca de 327 mil mulheres de Salvador são beneficiárias de Programas como o bolsa família, o que denota um alto grau de empobrecimento desta mesma taxa de mulheres expostas a situação do desemprego e subemprego, que todos os dias, a despeito da falta de sensibilidade da prefeitura, na liberação das licenças para ambulantes, por exemplo, que não têm uma política direcionada para ampliar pontos para as mulheres negras chefas de família, as mulheres vão todos dias para as ruas em busca do sustento, do respeito e da dignidade, através dos trabalhos mais aviltantes. Sem falar que Salvador a cidade com maior número de mulheres vivendo sozinhas no país, cerca de 26%.

Levantamentos feitos pela Ouvidoria Cidadã e pela SPM-Salvador, através dos CRAS e CREAS, mostram que em todas as 12 áreas de abrangências das políticas sociais de Salvador, que envolve

cerca de 164 bairros, a maioria das mulheres negras temem pela vida e liberdade dos seus filhos, assim como pela sua própria integridade física e psíquica, pois em muitos casos, toda a rede de proteção aos direitos, se resume às ações comunitárias, sendo os bairros abandonados por parte das agências governamentais, empurrando estas mulheres para um confronto diário com forças militares e paramilitares, sendo muitas vezes a polícia a única presença constante do Estado em suas comunidades. E vale ressaltar que esta presença policial, bélica super Armada, não tem sido, em geral, para desmobilizar os conflitos, garante ao estado capitalista o mercado da morte, ganhos monetários ao contrário, tem sido a principal fonte de conflitos, como bem destacou Ana Carla Conceição dos Santos, no seu trabalho de conclusão de curso, recentemente defendido da Faculdade de Direito da UFBA, intitulado “Vivências de Mulheres Negras em relação à violência policial no Subúrbio Ferroviário de Salvador” (Salvador, UFBA, Nov/2016).

Sendo assim, todas as políticas sociais erguidas pelo governo federal nos últimos 14 anos, entre 2003 a 2016, elas tiveram um efeito muito importante no fortalecimento das mulheres em geral e das mulheres negras em particular, mas seria importante também uma ação das políticas locais, para que junto com os programas as mulheres tivessem chance de participar da partilha e dos resultados das chamadas janelas demográficas, que aconteceu ao longo de uma década, que se dá, segundo Marcio Pochemann, (IPEA, 2012), quando a PEA – população economicamente ativa, é maior que a população de mais novos e dos mais velhos, que a PEA atua criando riquezas que servirão de suporte para todos e todas na sociedade, mas não foi isso que aconteceu por conta de sucessivos governos estaduais e municipais, que não fizeram políticas tendo como centro as equidades de raça, gênero, geração, regionalidade e territorialidade, por exemplo.

3- A senhora avalia que o governo atual tem uma política apropriada para a mulher negra?

Neste cenário de atuação do governo golpista, o que vivenciamos é um ataque frontal às políticas sociais e a direitos conquistados pelo povo brasileiro, com a luta das mulheres, das mulheres negras, das mulheres indígenas, dos povos quilombolas, dos povos de Terreiros, dos Pescadores e pescadoras artesanais, das lutas da Agricultura familiar, do Povo da Rua, que estão sendo golpeados por todos os lados, nos levando a uma situação de desmonte de políticas essenciais para darmos continuidade a um processo de quebra de concentração histórica da renda, concentração de terras e de outros meios no Brasil. Por isso, não podemos aceitar em silêncio, daí o apoio da Ouvidoria Cidadã da DPE-BA, sem vacilação a todas as Ocupações em curso pelos estudantes, a todas as mobilizações feitas pelos Movimentos Sociais, em Brasília e nos Estados.

As votações em curso no Congresso Nacional, de ataque às conquistas da sociedade brasileira, nos campos da educação, da saúde, da assistência social e do campo dos direitos humanos, colocando em risco a defesa das mulheres, da população negra, como o fim da SPM/PR, da SEPPIR e da SDH, botam em cheque o nosso direito a ter futuro e nesta quadra não podemos ficar em silêncio, não pode ter encolhimento de nossa parte, sendo papel da Defensoria Pública ser e estar na posição de vanguarda, atuando junto com as organizações, sem vacilação, sem medo daqueles que atentam contra a Constituição Cidadã. Mesmo sabendo de todos os ataques que podemos sofrer, nossa posição política deve ser enfrentamento, solidariedade e palavra de ordem contra uma República baseada no racismo, na misoginia, na LGBTTFobias e outras formas de opressão, a nossa posição deve ser luta por direitos, pois as mulheres negras estão pagando a conta do golpe com a própria vida e com o sangue dos seus filhos e netos.

Em nome dessa necessidade de mobilização e luta que em Julho de 2016, a Ouvidoria Cidadã apoiou a Campanha da Rede de Mulheres Negras da Bahia, intitulada Parem de nos Matar, como um alerta ao abandono do Estado e do Município das políticas como o Projeto Viver - para mulheres e

meninas vítimas de violência sexual e outras, como mostram as imagens abaixo, da Audiência Pública em 20 de junho/2016:



Página da Rede de Mulheres Negras da Bahia: www.rededemulheresnegrasdabahia.com



A COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, em parceria com a Defensoria Pública da Bahia, tem a satisfação de convidar V. S.^a para participar da Audiência Pública com o tema "A importância do Serviço VIVER no enfrentamento à Violência Sexual", a ser realizada no dia 20 de junho, às 09 horas, no Centro de Cultura da Câmara Municipal.

ALADILCE SOUZA
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher



Audiência Pública em defesa do Projeto Viver – Coordenação de DH, DEDICA, ESDEP, Ouvidoria e Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres da Câmara Municipal de Salvador, Jun/2016.



Imagem do lançamento do Manifesto da Campanha #Parem de Nos Matar! Da Rede de Mulheres Negras da Bahia, dia 13/07/2016, na OAB-Bahia, em Salvador-Ba.

4- O racismo à brasileira.... ele existe? Como combatê-lo?

Nos diz Kabenguele Munanga, pensador congolês, Antropólogo e professor titular da USP, que no Brasil, autor de livros como “Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil” (Vozes, 1999), o racismo é um crime perfeito, pois atua de forma tão violenta que as suas próprias vítimas sentem-se culpadas pelos efeitos que este tem em suas vidas, por isso o modelo racial brasileiro, em que branco é tratado como norma do humano e negros e indígenas seguem como não-humanos, como aqueles e aquelas sem histórias, sem marcos de contribuição civilizatórios ao país, sem direitos, criando um cenário completamente desfavorável a todos os milhões de cidadãos e cidadãs que não são brancos/brancas, pois não compõem como símbolos de beleza, sucesso e inteligência, sendo estes os atributos exclusivos para os brancos, e desta forma fica também muito “natural” que os brancos ocupem todos os postos valorizados de poder e prestígio na sociedade, o que nos congela e nos deixa no século XIX, em pleno século XXI.

Por esta razão a posição da pensadora feminista portuguesa, filha de uma guineense e um angolado, Grada Kilomba, é tão importante neste momento, quando ela trata do passado, do presente e do futuro, evidenciando que estamos em estado bruto de pensamento colonial, quando a sociedade não consegue superar as fases de: Negação, Vergonha, Culpa, para alcançar as etapas de Reconhecimento, para promover a devida Reparação. São estas as faces e as fases que passam a sociedade brasileira, tão bem destacada pelo sociólogo Florestan Fernandes, como uma sociedade que “tem preconceito de ter preconceito”, mas que secularmente se nutre do preconceito, do racismo e da discriminação para manter os privilégios da minoria, que habita as hostes da elite, evidenciando seu poder pela dominação. Mas como somos e percebemos o mundo dialeticamente, sabemos que para todo poder, temos os contra poderes e assim reagimos, organizando lutas de libertação e transformação ao longo dos tempos. É assim que os Movimentos Feministas-Negros respondem à violência patriarcal, fincada na colonialidade, sendo a construção Ouvidorias Externas no Sistema de Justiça, uma das respostas organizadas.

(Imagem Grada Kilomba, in Carta Capital, por Djamila Ribeiro, 2016).

E é também dessa forma que entendemos quando a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, autora do livro “Sejamos Todos Feministas”, (Cia das Letras, 2015), nos diz que raça importa, e importa muito para quem é impactado por ela, pelos usos que o racismo faz dela:



5- Qual a relevância de um evento como o patrocinado pela Defensoria, de promoção de julgamento da Luiza Mahin, para a população negra baiana e brasileira?

A grande lição que o Juri Popular de Luiza Mahin deixa para a história recente da Defensoria Pública no Brasil, a partir da ação da DPE-BA, é a possibilidade concreta de disputarmos o sistema de justiça atual, pautando o populismo penal como a face mais cruel do direito penal brasileiro, onde se busca todas as respostas para demandas que não são do campo do direito penal, então usamos um exemplo do passado para mostrar a face atemporal do racismo a brasileira, para mostrar que Nina Rodrigues e o legado lombrosiano está vivo e operante no sistema penal brasileiro.

Então, se temos uma chance, uma luz no fim do túnel, com saídas como as audiências de custódia, ou no fortalecimento da Lei Maria da penha, a partir da Lei de feminicídio, a Lei 150/2016, que desmobiliza as formas que ampliam as ameaças às mulheres, mas ao mesmo tempo, nos colocamos contra o super encarceramento, buscando outras formas, e para isso será preciso muita escuta à sociedade, o que implica investir num campo de diálogo que é menos polícia e mais políticas sociais, mais fortalecimento das redes de proteção, mais infra estrutura nos bairros, com iluminação e outros indicadores de proteção às mulheres e às juventudes. São desafios postos por uma sociedade de menos conflitos e mais restauração de vozes de sujeitos políticos como as Mulheres Negras.

Assim, no trabalho diário desenvolvido pela Ouvidoria Cidadã, ao lado das mães, ao lado dos Movimentos sociais, das redes de proteção, nas articulações, nos Conselhos de Direitos e no Nosso Grupo Operativo, que a face da Ouvidoria em todas as cidades do interior do Estado onde tem atuação da DPE-BA, e nas demais organizações, que se colocam contrários à chamada Guerra às Drogas, e contra o super encarceramento das juventudes negras e das mulheres negras, está o centro das questões levantadas pelo Júri Popular de Luiza Mahin, e por isso mesmo, para que se torne agenda real para dentro da DPE-BA, que nós da Ouvidoria tivemos o papel de dialogar, indicar alguns eixos, leituras, pessoas para compor, mas efetivamente queríamos ver o protagonismo ser dos/das defensores/as nesta construção, pois já cumprimos um trabalho para a rua, no dialogo horizontal com os vários Movimentos, que lutam sobre uma nova política de drogas e por uma nova política prisional, que tenha como horizonte o desencarceramento, especialmente das mulheres, por todos os impactos que tem a prisão feminina, cujo incremento de 526% que ocorreu na última década deixou suas marcas dentro das comunidades negras, que são historicamente lideradas pelas mulheres.

São elas o sustentáculo dessas comunidades, e a imagem de Luiza Mahin tem esta força de personificar os dramas e dores vividas agora, e no momento que a DPE-BA incorporou as Cotas para negros e negras, no momento em que incorporou a História da Bahia como conteúdo do seu concurso público para defensores e defensoras, todas as outras áreas estão sendo remexidas, pois são nas atuações especializadas Criminal, de Família, de Direitos Humanos ou de Fazenda Pública, onde estabelecemos um debate inadiável sobre justiça tributária e acesso ao emprego de qualidade de forma equânime para negros e negras através da garantia das Políticas de Ações Afirmativas, que a Defensoria Pública vai no vão mais profundo da desigualdade para provocar mudanças. Por isso era tarefa dos seus principais quadros, adentrar o universo de Luiza Mahin, para ao longo dos anos sedimentarem os resultados desta construção, e a tarefa foi maravilhosamente cumprida, os efeitos estão agora em todos os cantos do país e muitas outras instituições estão se inspirando no exemplo daqui para fazer Brasil afora.



A vida real das mulheres negras em Salvador e no interior do estado tem sido busca incansável por justiça, quando muitas se veem na situação de defender comunidades inteiras diante de violações como a que ocorreu na praia de Humaitá em Salvador, quando cerca de duas/dois mil jovens foram colocadas/os na parede pela Guarda Municipal de Salvador, imagem que chocou o país e nos lembraram as cenas das batidas nos ônibus da cidade do Rio de Janeiro em período muito próximo (foto 01) ou as cenas das mães desesperadas por conta do genocídio de jovens negros que tem seu retrato mais dramático no caso da chacina do Cabula, mas que se espalha como tragédia por todo estado da Bahia, vide a imagem 02 abaixo:



Foto 01



Foto 02

Por tudo isso, a narrativa presente na Marcha de Mulheres Negras em Brasília em 2015, que levou a

cabo uma denúncia nacional e internacional contra o Racismo, contra a violência, afirmando o Bem Viver como a forma mais próxima de construção de uma sociedade com possibilidade de uma vida para as mulheres negras pautada nos direitos humanos, se contrapondo a uma situação de criminalização, se encontra com a ideia do Juri Popular de Luiza Mahin, pois as duas ações, levando em conta as devidas proporções, mostram a situação de violação aberta de direitos, quando as mulheres negras, como bem evidencia o Manifesto da Campanha Parem de nos Matar, são maltratadas e humilhadas no contexto das prisões abusivas, sem direito a ampla defesa, na busca por justiça, no enfrentamento a violência doméstica, no confronto com as forças de (in)segurança nas suas comunidades, nas disputas por seus territórios nos quilombos e em outros territórios tradicionais e no silêncio covarde na sociedade sobre seus direitos mais caros, como o aborto e outras faces da violência obstétrica.

E vale enfatizar que a Defensoria Pública, em que pese ser fruto de tantas disputas por forças conservadoras, segue sendo a principal instituição do sistema de justiça por onde correm as principais demandas das mulheres negras, pois é uma das poucas que estas mulheres acessam para afirmar seus direitos, e por isso mesmo que lutamos para abrir cada vez mais os canais de comunicação e de acesso aos seus serviços.

Estas são nossas ideias provisórias sobre as formas de organização e luta das mulheres e das mulheres negras na cidade de Salvador e no interior do Estado da Bahia sobre como enfrentar a violência e o racismo-sexismo, levando em conta que este foi um ano de muitos acontecimentos, com fatos para celebrar e fatos que nos provocaram muitas dores.

Este foi o ano do golpe, marcado pela misoginia, contra a presidenta Dilma e contra todas nós mulheres brasileiras, brancas, negras, indígenas, que acreditamos nas lutas, pela transformação da sociedade, tendo uma visão anticapitalista, nos afirmando como feministas! Por isso terminamos com esta importante reflexão da Filósofa Djamilia Ribeiro, atual Secretária Adjunta de Cidadania e Direitos Humanos da cidade de São Paulo:



Fazendo um balanço da década, queremos reafirmar que o Movimento Feminista Negro, na Bahia e no Brasil, é a grande narrativa, como tentativa de síntese neste início de século XXI, e nós acreditamos que todas as nossas saídas, todas as possibilidades de viradas políticas se acentuam na construção de alianças fortes, com as outras correntes do feminismo, nas lutas, nos planos global e local, pois mesmo com todas as assertivas da nossa abordagem política, sem elaboração em redes, com escutas qualificadas, fica mais distantes chegarmos com a nossa mensagem para além dos nossos territórios, e nós precisamos fazer a mensagem negro-feminista chegar a todos os grupos organizados ou não na sociedade. Por isso, vida longa as nossas lutas no mundo, mesmo em tempos tão incertos, que os feminismos nos dê caminhos e o sagrado proteja as nossas demandas!!!

Vida nós e as Águas!!!

Vilma Reis,
Ouvidora Geral da
Defensoria Pública da Bahia

Salvador, 12 de dezembro de 2016